

FAMDDI

FRENTE AMAZÔNICA DE MOBILIZAÇÃO
EM DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS

Povo Yanomami – Pelo direito à vida

CONTEXTO E EMERGÊNCIA

Escreva o que está acontecendo: Qual o contexto em que se dá a situação? Qual é a emergência que esta proposta visa responder?

Povo de recente contato, os Yanomami sofrem da intervenção econômica em seu território e encontram-se constantemente ameaçados e sujeitos a uma série de interferências no seu modo de ser e de vida. No Brasil, a situação política em relação aos direitos indígenas vem se degradando sensivelmente desde 2014, com a chegada ao poder de um congresso composto principalmente por parlamentares de frentes conservadoras, hostis aos nativos. Essa tendência continuou acentuada e há um claro aumento nos casos de abusos cometidos contra os povos indígenas. Os resultados das eleições presidenciais de 2018 revelaram novas ameaças e comprometimento dos direitos constitucionais adquiridos pelos povos indígenas em 1988. A realidade atual traz novos riscos e ameaças para o povo Yanomami e em particular para as crianças e adolescentes, com a nítida insegurança no que diz respeito às perspectivas futuras.

Os discursos claramente contrários aos direitos constitucionais das minorias fortaleceram as posturas de contravenção, de ilegalidade, de abusos e de impunidade, refletindo negativamente na vida do povo Yanomami. Isso induziu a uma intensificação de invasões territoriais e extração ilegal de recursos (madeira, minerais, pesca predatória, fibras naturais etc.), com um aumento acentuado dos casos de violência. O enfraquecimento da política indigenista do governo se reflete em uma drástica redução nas condições de trabalho e nas capacidades de supervisão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No que diz respeito a direitos indígenas específicos, como consentimento e consulta livre, prévia e informada, além do acesso a políticas públicas específicas e diferenciadas (educação e saúde), o movimento indígena organizado enfrenta muitos desafios, buscando garantir os ganhos sociais outorgados pela Constituição.

A Terra Indígena Yanomami, maior reserva indígena do Brasil, conta com apenas três fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo menos 10 da Fundação Nacional do Índio (Funai), para proteção e garantia do acesso dos indígenas à serviços básicos, principalmente, a saúde.¹

Trata-se de uma área de 9,6 milhões de hectares, entre os estados de Roraima e Amazonas, com quase 30 mil indígenas divididos em mais de 300 comunidades. Um

¹ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/16/terra-yanomami-possui-3-fiscais-do-ibama-e-10-da-funai-para-proteger-maior-reserva-indigena-do-brasil.ghtml>

território equivalente ao tamanho de Portugal ou ao estado de Santa Catarina e onde vivem grupos e clãs com seis línguas diferentes.

Essa especificidade e dimensão exige conhecimento, pesquisa, diálogo para que haja uma aplicação e gestão eficazes dos recursos públicos, o que não é o único problema. Há uma desidratação dos órgãos de fiscalização e apoio aos povos indígenas.

Segundo as lideranças indígenas Yanomami, a falta de assistência à saúde e o crescimento do garimpo trouxeram um cenário de caos para as comunidades, que convivem com um surto de malária, pneumonia e, principalmente, desnutrição. As crianças são as que mais sofrem.

Uma pesquisa da Fiocruz, com apoio do Unicef, revelou que a cada 10 crianças Yanomami, 8 sofrem de desnutrição crônica.

Na comunidade Homoxi, ao lado do posto de saúde e de um hospital de internação, há uma pista usada para o pouso de aviões com equipes médicas, que também é usada pelos garimpeiros. Segundo a Polícia Federal, o garimpo cresceu na reserva Yanomami nos últimos dois anos.

Atualmente a Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista, tem 160 indígenas em tratamento e 195 com alta médica na fila de espera para voltar para casa, o que ocasiona superlotação no local já sem estrutura para atendimentos básicos.

O DSEI Yanomami conta apenas com um helicóptero para transportar pacientes, equipes médicas e medicamentos para 37 polos-base de saúde dentro do território indígena. Alguns estão desativados por falta de gestão. No início de novembro, a única empresa aérea que prestava serviço na Terra Indígena comunicou o fim das atividades por falta de pagamento. Estava sem contrato e pagamento regulares desde 2018.²

No último dia 17.11, uma criança de três anos morreu, segundo informações do Conselho de Saúde Yanomami, com sintomas de desnutrição e malária, à espera do helicóptero para remoção, que demorou mais de quatro horas para atender ao pedido por estar sem combustível.³

Dois indígenas da comunidade isolada Moxihatëtëma, na Terra Yanomami, foram mortos a tiros durante conflito com garimpeiros, divulgou a Hutukara Associação Yanomami (HAY) no último dia 02.11, na região do alto rio Apiaú, em Mucajaí, região Sul de Roraima.⁴

² <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/03/mais-de-15-mil-yanomami-sao-afetados-por-suspensao-de-voos-e-conselho-de-saude-preve-colapso.ghtml>

³ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/18/crianca-yanomami-de-3-anos-com-malaria-e-pneumonia-morre-sem-atendimento-em-comunidade-diz-conselho-de-saude.ghtml>

⁴ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/02/dois-indigenas-isolados-sao-mortos-a-tiros-por-garimpeiros-na-terra-yanomami-diz-associacao.ghtml>

Além da situação historicamente caótica da Saúde, fato que foi agravado pela Covid-19 com inúmeras mortes não contabilizadas pelos dados oficiais, e deterioração do estado de saúde já fragilizado por doenças como malária e desnutrição, os Yanomami são alvo do garimpo ilegal que vive uma retomada nos últimos dois anos, após o pico nas décadas de 1970 e 1980.

Além dos conflitos armados, agora com a presença de membros de facções criminosas ligadas ao tráfico⁵, a degradação da floresta e ameaça a sobrevivência dos indígenas, seja pela contaminação dos rios ou pelo desmatamento, que reflete na escassez de alimentos e comprometimento do ecossistema, seja pela violência e conflitos armados.

Em maio, o País assistiu, estarelecido, o pedido de socorro do Povo Yanomami durante dias sem que houvesse uma pronta reação do Governo Federal para combater o ataque à queima roupa ocorrido por garimpeiros encapuzados na região de Palimiú, na Terra Yanomami em Roraima. Vídeos foram registrados e denunciados. A resposta veio 12 dias depois. Em junho, um grupo armado invadiu e atirou contra casas na comunidade de Korekorema, na mesma região. Com medo, os indígenas precisaram se esconder na floresta.⁶

No dia em que o País celebra o “Dia das crianças”, duas crianças Yanomami, de 4 e 5 anos, foram mortas sugadas por uma draga (bomba de garimpor) na região de Alto Alegre, dentro do território, no norte de Roraima.⁷

Paulo César Basta, médico e pesquisador em saúde pública da Fiocruz, afirma: "Estudamos 19 comunidades e detectamos a presença de altos níveis de mercúrio no cabelo dos participantes. As populações tradicionais vão ser afetadas por intermédio do consumo do pescado contaminado. Garimpo quando entra, a primeira providência é provocar uma devastação. Impacta diretamente nas fontes alimentares dessa população."⁸

Também o número de casos de Covid entre indígenas que habitam a região, aumentou em razão da presença de garimpeiros. No ano passado, em apenas três meses, as infecções avançaram 250%.⁹

⁵ <https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/nos-a-guerra-crime-organizado-avanca-sobre-os-garimpos-ilegais-da-amazonia-25260890>

⁶ <https://amazoniareal.com.br/forca-nacional-ainda-nao-protege-os-yanomami-em-roraima/#:~:text=%E2%80%9CEm%2016%20de%20junho%20de,a%20se%20esconderem%20na%20floresta%E2%80%9D.>

⁷ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/10/13/criancas-yanomami-rio-maquinario-garimpo-roraima.ghtml>

⁸ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/11/14/criancas-yanomami-sofrem-com-desnutricao-e-falta-de-atendimento-medico.ghtml>

⁹ <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/212709>

Todo esse contexto retrata parte da política genocida que vem se consolidando no Brasil e que ceifa o direito à vida por meio da desidratação dos órgãos de combate, fiscalização e apoio à população indígena, da negligência estratégica e do incentivo às atividades ilegais.

O cancelamento da emissão do Registro de Nascimento de Indígena (Rani) pelo Ministério da Justiça impede a identificação e o acesso a políticas públicas de benefício social, além de ser impedimento do direito ao reconhecimento da existência perante o Estado.

PROPOSTA DE AÇÕES E PLANEJAMENTO

Descreva, com detalhes, quais ações pretende colocar em prática:

Campanha de mobilização para chamar a atenção da sociedade e do mundo a respeito da política de genocídio contra o povo Yanomami em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos e arrecadar recursos para fortalecimento da luta em prol da população Yanomami.

- Sensibilização física, na praça São Sebastião (Manaus-AM), dia 10.12, às 16h, com a presença de representantes de comunidades indígenas de Roraima e do Amazonas com divulgação e cobertura multimídia. O objetivo é mostrar a imensidão e diversidade das comunidades dentro Terra Indígena Yanomami e, por meio de seus relatos, materializar o impacto das decisões governamentais na sobrevivência desse povo, além de permitir a troca de informações e promover o intercâmbio entre eles;

- Campanha digital bilíngue voltada à pressão internacional quanto à:

- Transparência nos dados do Governo em relação ao povo Yanomami
- Implantação de radiofonia para comunicação nas comunidades
- Reestruturação da atuação do Governo Federal no território
- Plano de ação contra malária, desnutrição
- Plano de ação contra garimpo

Profissionais especialistas serão os responsáveis pela programação do tráfego da campanha digital nas redes sociais com foco no público alvo.

Direcionamento para link de arrecadação de doação para futuras ações como, por exemplo, acampamento e/ou mobilização em Boa Vista (Roraima).

Povo de recente contato, os Yanomami sofrem da intervenção econômica em seu território e encontram-se constantemente ameaçados e sujeitos a uma série de interferências no seu modo de ser e de vida. No Brasil, a situação política em relação aos direitos indígenas vem se degradando sensivelmente desde 2014, com a chegada ao poder de um congresso composto principalmente por parlamentares de frentes conservadoras, hostis aos nativos. Essa tendência continuou acentuada e há um claro aumento nos casos de abusos cometidos contra os povos indígenas. Os resultados das eleições presidenciais de 2018 revelaram novas ameaças e comprometimento dos direitos constitucionais adquiridos pelos povos indígenas em 1988. A realidade atual traz novos riscos e ameaças para o povo Yanomami e em particular para as crianças e adolescentes, com a nítida insegurança no que diz respeito às perspectivas futuras.

Como parte da resistência, um ato público marca o início da campanha de mobilização de recursos para fortalecimento da luta política do Povo Yanomami. Será dia 10.12 em Manaus – AM, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Precisamos garantir recursos uma segunda etapa dessa luta que será um acampamento indígena em Roraima com data prevista para acontecer até o mês de abril de 2022, abrindo o mês de luta dos povos indígenas.

Doe e ajude a luta do povo Yanomami pelo Direito à Vida!